



## O docente e a inclusão da criança autista

*The teacher and the inclusion of autistic children*

OLIVEIRA, Julio Paulo Silva de

### Resumo

A inclusão da criança com Transtorno do Espectro Autista (TEA) em escolas de ensino regular é tema recorrente e atual no contexto educacional, leis defendem o direito de crianças com deficiência no ensino regular mesmo com diversas discussões a cerca dessa temática, existem uma série de questionamentos sobre a prática inclusiva e o papel docente, os professores estão preparados para lidar com as dificuldades provindas do ensino inclusivo? Visto que esse artigo tem como problemática: O papel do docente frente a inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA). No referido trabalho o Professor é observado como mediador do processo de inclusão, pois ele é quem promove o primeiro contato da criança com a sala, sendo ele o responsável pela imersão em atividades metodológicas e em grupo, com a turma. Esse artigo busca investigar o papel do docente frente a inclusão de alunos com autismo no sistema regular de ensino. Por se tratar de uma pesquisa bibliográfica, foi utilizado e de muita importância material teórico de autores que desenvolvem estudos pertinentes a temática do artigo sendo alguns deles, Galdino (2011), Lopez (2011), Mello (2004), Melo; Lira; Facion (2008), Mousinho *et. al* (2010), Órru (2003). De uma forma geral, os resultados indicaram a necessidade do professor estar preparado para a inclusão escolar, o que significa, neste caso, inserir metodologias de ensino diferenciadas e voltadas para o atendimento dos alunos com autismo. Os dados indicaram, ainda, a importância de se estabelecer uma boa relação entre o professor e o aluno com autismo no sentido de garantir sua permanência e aprendizagem. Portanto, a relação de um professor e o seu papel frente aos alunos com deficiência, especificamente aqui o autismo, pode tornar-se primordial para que a inclusão escolar aconteça de forma bem sucedida.

**Palavras-chave:** Docente. Inclusão. Criança. Autista

### Abstract

The inclusion of children with Autistic Spectrum Disorder (ASD) in mainstream schools is a recurring and current theme in the educational context, laws defend the right of children with disabilities in mainstream education even with various discussions on this topic, there are a number of questions about inclusive practice and the teaching role, are teachers prepared to deal with the difficulties arising from inclusive education? Since this article is problematic: The role of the teacher in the face of the inclusion of children with Autism Spectrum Disorder (ASD). In that work, the Professor is seen as a mediator of the inclusion process, as he is the one who promotes the child's first contact with the classroom, being responsible for immersion in methodological and group activities with the class. This article seeks to investigate the role of teachers in the face of the inclusion of students with autism in the regular education system. As it is a bibliographic research, theoretical material from authors who develop relevant studies on the subject of the article was used and of great importance, some of them, Galdino (2011), Lopez (2011), Mello (2004), Melo; Lira; Facion (2008), Mousinho *et. al* (2010), Órru (2003). In general, the results indicated the need for the teacher to be prepared for school inclusion, which means, in this case, to insert differentiated and focused teaching methodologies. for the care of students with autism. The data also indicated the importance of establishing a good relationship between the teacher and the student with autism in order to guarantee their permanence and learning. Therefore, the relationship of a



teacher and his role vis-à-vis students with disabilities, specifically here autism, can become essential for school inclusion to happen successfully.

**Keywords:** Teacher. Inclusion. Kid. Autistic

## 1 Introdução

A educação inclusiva é tema recorrente e atual no contexto educacional, leis defendem o direito de crianças com deficiência no ensino regular mesmo com diversas discussões a cerca dessa temática, existem uma série de questionamentos sobre à prática inclusiva e o papel docente, os professores estão preparados para lidar com as dificuldades provindas do ensino inclusivo?

Quando evidenciamos a INCLUSÃO de crianças autistas em escolas de ensino regular, temos de considerar se o docente que receberá esse aluno está preparado para recebê-lo, sem exclusão, comparação ou até distinção. Visto que esse artigo tem como problemática: O papel do docente frente a inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA). No referido trabalho o Professor é observado como mediador do processo de inclusão, pois ele é quem promove o primeiro contato da criança com a sala, sendo ele o responsável pela imersão em atividades metodológicas e em grupo, com a turma. Esse artigo busca investigar o papel do docente frente a inclusão de alunos com autismo no sistema regular de ensino.

Por se tratar de uma pesquisa bibliográfica, foi utilizado e de muita importância material teórico de autores que desenvolvem estudos pertinentes a temática do artigo sendo alguns deles, Galdino (2011), Lopez (2011), Mello (2004), Melo; Lira; Facion (2008), Mousinho *et. al* (2010), Órru (2003).

O artigo iniciou-se retratando considerações de cunho histórico sobre o Autismo, enfatizando sua origem com base em estudos pioneiros de psiquiatras como Léo Kanner e Hans Asperger e quais foram os primeiros relatos sobre a síndrome, abordando também quais as principais ideias e quais as características desse distúrbio em crianças, levando em consideração investigações de estudiosos no aspecto ambiental e biológico do espectro. Logo em seguida a inclusão de crianças autistas em escolas de ensino regular, amparada por leis, foi descrita permeando pela necessidade de incluir, e não integrar, que é o que ocorre de fato na maior parte das escolas.

Em continuidade, foi relatado o papel docente, como mediador do processo de aprendizagem sendo fundamental frente a inclusão do aluno autista. Durante as considerações finais. A função do docente junto a inclusão é enfatizada, pois sua ação é fundamental para contribuição de modo afetivo, permeando pelo desenvolvimento cognitivo, psicopedagógico e



motor. Nem sempre sendo valorizado e reconhecido a fim de permanecer em formação contínua para melhor incluir esses alunos.

## 2 Fundamentação teórica

O nome Autismo tem origem grega significando "próprio" ou "de si mesmo" normalmente é usado para denominar comportamentos humanos que se referem ao próprio indivíduo. Praça (2011, p.25) evidencia que a criança com autismo:

[...] permanece em seu mundo interior como um meio de fugir dos estímulos que a cerca no mundo externo. Outro motivo para o autista permanecer em seu universo interior é o fato de que, em geral, o autista sente dificuldade em se relacionar e em se comunicar com outras pessoas uma vez que ele não usa a fala como meio de comunicação. Não se comunicando com outras pessoas acaba passando a impressão de que a pessoa autista vive sempre em um mundo próprio, criado por ela e que não se interage fora dele.

Na literatura Psiquiátrica o termo Autismo foi utilizado pela primeira vez no ano de 1906, sendo realmente reconhecido em 1912, a partir do momento que Eugene Bleuler, associou-se do termo para descrever sintomas de esquizofrenia, definindo-o como "fuga da realidade" quando a criança se nega em interagir com o meio externo, algum tempo depois os psiquiatras Léo Kanner e Hans Asperger, para nomear sintomas de diagnósticos em seus pacientes passaram a também usar o termo Autismo, vale citar que os sintomas do Transtorno do Espectro Autista (TEA) podem sofrer diversas variações partindo de níveis leves, moderados e severos, os sintomas são distintos e variam de paciente para paciente podendo este ser caracterizado como deficiência mental, dependendo do nível e características de cada indivíduo, pode ser até que consiga viver em normalidade.

Considerando os aspectos históricos sobre o Transtorno do Espectro Autista (TEA), Klin (2007) afirma que em 1943, Leo Kanner descreveu onze casos denominados como "Distúrbios Autísticos do Contato Afetivo", podendo perceber algo em comum nesses casos pois todos obtinham incapacidade de relacionar-se. Ainda de acordo com Klin, também se observou respostas incomuns ao ambiente, que incluíam maneirismos, motores estereotipados, resistência à mudança ou insistência na monotonia.

O estudo de Kanner, através dessas onze crianças, diagnosticadas com esquizofrenia observou a presença do Transtorno do Espectro Autista como característica acentuada, afirmando ainda que o Autismo era inato por poder ser caracterizado com características antes que a criança completasse três anos de idade. Logo no percurso do estudo onde relacionou-se com maior proximidade de seus pacientes percebeu que as famílias dessas crianças as tratavam com frieza fraterna, ou seja, por esse fato podendo ocasionar atitudes e comportamentos hostis desenvolvido inconscientemente pelas crianças.



Kanner, supunha haver uma influência no referencial psicanalítico da síndrome, apontando para uma causa psicológica e ou emocional para assim poder explicar como desenvolve-se o autismo, tendo como seus precursores os psicanalistas Bruno Bettelheim e Francis Tustin Bettelheim, acreditando-se que uma falha materna poderia ser a responsável pelo desenvolvimento do Transtorno, Tustin afirmava haver uma fase autística do desenvolvimento normal, sendo que nessa fase o afeto materno funciona como ponte entre o estágio de desenvolvimento da criança e a vida social, ou seja, caso a mãe da criança negasse afeto ao bebê ou agisse de forma fria, a criança não conseguiria sair desse estágio, ficando presa na fase autística. Porém o autismo foi considerado um Transtorno de origem biológica comprometendo o sistema nervoso, causado supostamente pela interrupção do desenvolvimento de células do sistema límbico do cérebro, na década de 60 no século XX.

O Espectro do Transtorno Autista possui amplo grau de gravidade, por portar muitas etiologias [...]. Foi estabelecido que o autismo é apenas um dos transtornos do desenvolvimento do cérebro definidos (multi) dimensionalmente e que afetam comportamentos humanos complexos (RAPIN; TUCHMAN, 2009, p. 20-22). Durante um longo caminho o Transtorno do Espectro Autista passou por várias descobertas passando a ser classificado como déficit neurológico, ou seja, já nasce com a criança comprometendo o desenvolvimento cognitivo, podendo ser definido também como Transtorno Invasivo do Desenvolvimento (TID) possuindo quatro manifestações sendo; deficiências qualitativas na interação social, dificuldades na comunicação, protótipos de comportamento estereotipados e um repertório limitado de interesses. Mello (2004, p.114-115), aponta as principais características e manifestações causadas pelo Autismo,

- Dificuldade de comunicação - caracterizada pela dificuldade em utilizar sentido todos os aspectos da comunicação verbal e não verbal.
- Dificuldade de sociabilização - este é o ponto crucial no autismo e o mais fácil de gerar falsas interpretações.
- Dificuldade no uso da imaginação - se caracteriza por rigidez e inflexibilidade e se estende às várias áreas do pensamento, linguagem e comportamento da criança. Exemplo: comportamentos obsessivos e ritualísticos.

As crianças com autismo apresentam corriqueiramente distúrbios comportamentais graves permeando por sensibilidade anormal a estímulos sensoriais, agressividade, automutilação dentre outros. O autismo diferentemente de outras patologias traz complexidade, pois muito pouco se sabe sobre suas causas, por não possuir total esclarecimento a respeito muitos estudiosos e cientistas buscam os fatores causadores do mesmo, porém se sabe que o autismo surge com a combinação de fatores biológicos, iniciando o processo com a combinação múltipla de genes.



## 2.1 A inclusão no ensino regular

Os princípios sociais vêm mostrando mudanças e aquisições de novos valores, a sociedade se mostra mais presente em assuntos referentes a educação inclusiva. Em decorrência de diversas leis e políticas públicas desenvolvidas visando a inclusão de crianças com deficiência em escolas regulares, favorecendo significativamente o acesso e a inclusão no âmbito da educação escolar evidenciando a necessidade e importância de se adequar os ambientes educacionais às necessidades dos deficientes de quaisquer tipos. O sistema de ensino que antes excluía e negava a matrícula de crianças com deficiência, agora é desafiado para promover metodologias viáveis de ensino de qualidade, mostrando metas a se chegar e objetivos realizados, superando os obstáculos encontrados.

De acordo com Rodriguez (2006) a exclusão é devida provavelmente a fatores culturais, que nos conduzem a pensar que a diferença é perigosa. Demanda-se cuidado com as pessoas diferentes – seja na identidade sexual, socioeconômica, de deficiência de etnia etc. As ideias feitas da sociedade sobre o que é diferente fazem com que a mesma passe a excluir, isolar e banir, o que resulta na necessidade de identificar e criar programas para combater a exclusão, gerando assim um conceito contrário: a inclusão.

Klein (2010) dispõe que a palavra "inclusão" vem sendo usada como jargão em instituições educacionais marcando as práticas cujo gostaríamos que fossem mais justas, solidárias e democráticas para o outro. O fato de incluir vai muito além da integralização, incluir é tornar o indivíduo parte de um todo, podendo evitar características e comportamentos diferenciados. No ensino que educa de forma inclusiva segundo Melo, Lira e Facion (2008, p.65),

[...] impõe a construção de um projeto que não se dará ao acaso nem de uma hora para outra e que não é uma tarefa individual. Ao contrário, trata-se de um trabalho coletivo, que envolve discussões e embates entre diferentes esferas (governo, sociedade, escola e indivíduo) em que seja possível refletir sobre que escola queremos construir e que indivíduos pretendemos formar.

Para que a inclusão possa de fato ocorrer na prática, devem ser criadas e ou adaptadas fisicamente escolas, ocorrer capacitações de professores e funcionários do cotidiano escolar, trazendo com sigilo as singularidades de cada criança podendo então oferecer um ensino de qualidade com iguais condições para todos. De acordo com Lopez (2011, p. 16),

Professores, orientadores, supervisores, direção escolar, demais funcionários, famílias e alunos precisam estar conscientes dessa singularidade de todos os estudantes e suas demandas específicas. Essa tomada de consciência pode tornar a escola um espaço onde os processos de ensino e aprendizagem estão disponíveis e ao alcance de todos e onde diferentes conhecimentos e culturas são mediados de



formas diversas por todos os integrantes da comunidade escolar, tornando a escola um espaço compreensível e inclusivo.

Frente a inclusão da criança autista em sala de aula é imprescindível que aconteça de forma consciente e clara junto ao conjunto escolar como um todo, possuindo suporte pedagógico sólido efetivando de fato a inclusão do aluno no contexto educacional, tornando-se assim um ambiente de fácil assimilação tendo como ponto principal a evolução e superação das limitações de todos incluindo a criança autista.

Vale ressaltar que além de superar desafios próprios acaba sendo tão importante quanto, fazer com que esse aluno crie vínculos e permaneça na escola sem que isso crie prejuízos para o desenvolvimento dele.

Nesse sentido, os princípios da escola inclusiva devem garantir, o direito à educação; o direito à igualdade de oportunidades, o que não significa um “modo igual” de educar a todos e sim dar a cada um o que necessita, em função de suas características e necessidades individuais; escolas responsáveis e de boa qualidade; o direito de aprendizagem; e o direito à participação.

Educação inclusiva para crianças autista em sala de aula regular, não é tão simples quanto parece, esse fato é norteador de muitas discussões em relação a sua complexidade, visando os diferentes espectro e características do autismo, vale lembrar que a criança autista na maior parte das vezes é agressiva com colegas e professores. Porém quando o docente recebe uma criança autista em sala de aula normalmente é desafiado com o processo de inclusão, pois além de quase sempre não possuir recursos didáticos diferenciados ainda conta com a sucateação dos poucos materiais restantes no caso do ensino público. Além de todos os desafios do próprio autismo como a grande dificuldade de interação. Acerca disso, Felício (2007, p. 25),

É importante salientar que, para se educar um autista é preciso também promover sua integração social e, neste ponto, a escola é, sem dúvidas, o primeiro passo para que aconteça esta integração, sendo possível por meio dela a aquisição de conceitos importantes para o curso da vida.

É comum o pensamento sobre as dificuldades de socialização quando falamos em ensino regular para crianças autistas, essa problemática é a causadora de muitas discussões, pois para que ocorra a real inclusão do autista é necessário que a escola tenha uma estrutura pedagógica e profissionais muito bem capacitados, para prestar o melhor tratamento possível para os alunos, considerando as diferentes características comportamentais apresentadas por essas crianças. Vale lembrar que a inclusão do aluno autista em quais quer níveis de ensino é prevista em lei, assegurando ao aluno o direito de ensino, dependendo apenas da escolha dos



pais em matricular, ou não, o filho no ensino regular. Para que a instituição de ensino seja inclusivista se faz necessária a promoção de práticas de aprendizagem coletiva, oferecendo esclarecimento sobre a importância do desenvolvimento familiar com a escola, além das mudanças físicas e estruturais também é muito importante a alteração nos meios metodológicos, oferecendo um currículo adequado às necessidades dos alunos inclusos. Para Paulon; Freitas; Pinho (2005, p. 25-26),

As escolas, de modo geral, têm conhecimento da existência das leis acerca da inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais no ambiente escolar e da obrigatoriedade da garantia de vaga para estas. As equipes diretivas respeitam e garantem a entrada destes alunos, mostrando-se favoráveis à política de inclusão, mas apontam alguns entraves pelo fato de não haver a sustentação necessária, como por exemplo, a ausência de definições mais estruturais acerca da educação especial e dos suportes necessários à sua implementação.

Muitas vezes durante a vivência escolar é notório o desrespeito e preconceito, de colegas e até mesmo funcionários de instituições escolares, no entanto é inadmissível tal desrespeito, como educadores parte de nossa missão é protegê-los e lutar sempre por direitos iguais, o bullying não deve ser tolerado em nível algum. Por esse motivo a informação e o esclarecimento devem ser persistentes e eficazes.

## 2.1 O papel docente frente à inclusão da criança com transtorno do espectro autista.

Quando o ensino inclusivo é discutido, é fundamental que questionamentos sobre o papel docente junto ao processo de ensino aprendizagem aconteçam afinal na maior parte das vezes o docente é quem estabelece contato contínuo e duradouro com seus alunos, com as novas considerações estabelecidas pela sociedade vêm ocorrendo novas atribuições e responsabilidades ao docente, como a busca contínua pelo conhecimento através de formações, além de desafios como as situações diárias inclusas na educação de crianças autistas.

É importante lembrar que quando nos referimos ao papel docente no decorrer deste, pressupomos a necessidade de uma intervenção mediatizada no sentido que o docente deixa de ser o detentor de todo o conhecimento a ser transmitido, passando a ser orientador, ou seja, passa a estimular a aprendizagem e o desenvolvimento, não só do aluno autista mais sim da turma toda. Esclarecendo ainda que mediação " se faz através do processo de intervenção de elementos intermediários em relação; deixando de ser direta, passando ser mediada por esse elemento" (OLIVEIRA, 1997, p.26). Diretamente ligada ao processo de ensino aprendizagem a inclusão vai além de integrar o aluno na escola, é preciso oferecer ao aluno metodologias



flexíveis e diversificadas, conseguindo assim obter resultados positivos durante sua formação intelectual. O professor deve cumprir esses requisitos independente da heterogeneidade composta na formação da sala de aula onde atua.

Lopez (2011) estabelece que o papel do professor e mediador é favorecer a interpretação do estímulo do ambiente, chamando atenção para os aspectos fundamentais, atribuindo significado as informações concebidas, viabilizando e favorecendo o desenvolvimento intelectual.

O docente responsável pela educação e inclusão de aluno autista tem papel fundamental pois ele é quem estabelece o primeiro contato com a criança, independente de positivo ou negativo, tornando-se o grande responsável por de fato fazer com que o processo de inclusão ocorra, com possibilidades de desenvolvimento para todos seus alunos. A adequação de metodologias é fundamental e necessária para o êxito da inclusão com resultados favoráveis.

De acordo com Mousinho, *et. al* (2010) crianças que em seu cotidiano apresentam dificuldades comportamentais e socialização dificultada, geralmente excêntricas, dificultando a relação com colegas e o papel do professor entre incluir e ensinar simultaneamente.

Os indivíduos com o Transtorno do Espectro Autista (TEA), possuem dificuldade em entender relações humanas e regras sociais, permeando a ingenuidade do senso comum, com muita dificuldade em aceitar mudanças e quase sempre sendo vulneráveis e ansiosos. O contato físico é basicamente inadmissível por portadores dessa síndrome, o profissional que atua com crianças autistas deve ser muito atencioso durante as atividades a serem realizadas, pois é importante evitar ao máximo que a criança sofra bullying, ou seja, ridicularizada por outras crianças, mesmo com todas essas especificidades do TEA, o autista quer fazer parte do mundo social, porém possui dificuldades em fazer amigos e se relacionar.

A docência tem a função de tornar a socialização da criança autista viável, seja em sala de aula ou em qualquer outro ambiente no âmbito escolar, adequando metodologias de ensino cabíveis. A sensibilidade docente é necessária para incluir a criança em atividades grupais, incluindo-a no convívio direto do meio em que está inserida, afinal acaba sendo durante o processo de socialização que se desenvolve a aprendizagem na infância, o docente tem de detectar quaisquer possíveis dificuldades e investigar quais os níveis de desenvolvimento desse alunado, evidenciando os fatores e aspectos que ainda devem ser trabalhados para a criança melhor se desenvolver. Segundo Santos (2008, p.30),

O nível de desenvolvimento da aprendizagem do autista geralmente é lento e gradativo, portanto, caberá ao professor adequar o seu sistema de comunicação a



cada aluno. O aluno deve ser avaliado para colocá-lo num grupo adequado, considerando a idade global, fornecida pelo PEP-R, desenvolvimento e nível de comportamento. É de responsabilidade do professor a atenção especial e a sensibilização dos alunos e dos envolvidos para saberem quem são e como se comportam esses alunos autistas.

Uma equipe escolar preparada, informada e consciente é fundamental durante a vida escolar do autista, todos os funcionários do setor escolar onde a criança está inserida deve conhecer as características e dificuldades causados pelo autismo, lembrando que para um resultado benéfico, deve-se planejar atividades onde a criança não sofra com ações discriminatórias, preconceituosas e Bullying. Sobre isso Orrú (2003, p.1) diz,

É imprescindível que o educador e qualquer outro profissional que trabalhe junto à pessoa com autismo seja um conhecedor da síndrome e de suas características inerentes. Porém, tais conhecimentos devem servir como sustento positivo para o planejamento das ações a serem praticadas e executadas [...].

Para o sucesso em bons resultados durante o processo, o docente deve ser detentor de conhecimento pleno sobre o Transtorno do Espectro Autista, sendo de suma importância a seriedade e sensibilidade a serem desenvolvidas em sala de aula, buscar, criar e reinventar metodologias e atos inclusivos, para assim contribuir durante o desenvolvimento cognitivo e social do aluno.

Durante minha vivência em quanto docente e praticante da realidade educacional enfrentada no País. Observo e avalio que a formação de professores não é sólida em relação ao autismo no ensino regular, pois pouco se vê aspectos inclusivo, específico para o autismo, onde basicamente o ensino "finge" incluir deixando a escola como um depósito de criança, a falta de compreensão e inclusão de forma correta e serene desses alunos implicam atraso motor, cognitivo e social, é preciso metodologias inclusivas para ensinar a criança autista. Além de muito estudo e formação continuada o docente que realiza a inclusão de fato, deve ter como incumbência, possibilitar o conhecimento e diferentes incentivos para que o aluno se desenvolva auto confiante e independente.

### **Considerações finais**

De acordo com o que foi estudado, analisado e pesquisado durante a construção desse artigo foi possível compreender a importante função docente durante a formação do aluno com Transtorno do Espectro Autista, desafios esses que partem desde inclui-lo ao fazer com que permaneça na sociedade escolar no ensino regular, a lei determina que todos são iguais, e possuem direito ao estudo, no entanto foi constatado não ser uma tarefa fácil, incluir e tornar o ambiente inclusivo, para que essa tarefa ocorra com êxito são necessárias ações



governamentais, escolares e familiares sendo que para funcionar ambos precisam trabalhar juntos.

Oferecer uma educação de qualidade não é a única obrigação do professor, o docente deve buscar formação continuada, e tudo que for necessário para que ele saiba quais são todas as características e espectros do transtorno, para assim poder oferecer condições e possibilidades metodológicas eficazes para o desenvolvimento autístico, o processo inclusivo está diretamente ligado ao processo de ensino-aprendizagem das crianças deficientes.

Por meio deste, identificamos ser papel docente, mediar a inclusão, seja criando atividades, ações e métodos que oportunizem o processo de formação da criança, sempre que necessário gerir conflitos, fazendo com que todos compreendam que as diferenças são características humanas e todos somos diferentes, independentemente de ser deficientes ou não. Além de pontuarmos que a falta de profissionais portadores de sólida formação voltada para os alunos que necessitam de intervenção inclusiva reflete negativamente na prática docente, é muito necessário que esse professor continue os estudos de forma contínua, sendo essa a única forma de melhorar seu desempenho prático.

Sendo possível e notória a percepção, que mesmo diante de muitas dificuldades existentes no sistema de ensino, o processo de inclusão é possível, desde que haja compromisso da equipe docente, para poder desenvolver meios e métodos pedagógicos específicos baseados nos diferentes espectros do autismo de acordo com a necessidade de cada aluno, além claro do apoio da equipe escolar como um todo e família.

## Referências

FELICIO, V. C. **O autismo e o professor: um saber que pode ajudar**. Bauru, 2007.

KLEIN, R. R. **A escola inclusiva e alguns desdobramentos curriculares: Inclusão escolar implicações para o currículo** *In*: KLEIN, R. R.; HATTGE, M. D (Org.). São Paulo: Pia Sociedade Filhas de São Paulo, 2010.

KLIN, A. **Autismo e síndrome de Asperger: uma visão geral**. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1516-4462006000500002&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1516-4462006000500002&script=sci_arttext). Acesso em: 19 out. 2020.

LOPEZ, J. C. **A formação de professores para a inclusão escolar de estudantes autistas: contribuições psicopedagógicas**. Instituto de Psicologia – Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED. Trabalho de Conclusão de Curso (Trabalho final do curso Especialização em psicopedagogia clínica e institucional) - Universidade de Brasília, Brasília, 2011.



MELLO, A. M. S. Rosde. **Autismo: Guia Prático**. 3. ed. Brasília: AMA; CORDE, 2004, p. 114-115.

MELO, S. C. DE.; LIRA, S. M. DE.; FACION, J. R. Políticas inclusivas possíveis implicações no ambiente escolar: *In*: FACION, J. R (Org.) **Inclusão escolar e suas implicações**. Curitiba: Ibipex, 2008.

MOUSINHO, R. *et. al.* Mediação escolar e inclusão: revisão, dicas e reflexões. **Rev. psicopedagogia**. [online], v. 27, 2010, p.92-108. (ISSN 0103-8486).

OLIVEIRA, M. K. de. **Vygotsky, aprendizado e desenvolvimento: um processo sócio histórico**. São Paulo: Scipione, 1997.

ORRÚ, S. E. A Formação de Professores e a Educação de Autistas. **Revista Iberoamericana de Educación (Online)**, Espanha, v. 31, p. 1-15, 2003.

PAULON, S. M.; FREITAS, L. B. DE L.; PINHO, G. S. **Documento subsidiário à política de inclusão**. Brasília: MEC, SEESP, 2005. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/docsubsidiariopoliticaeinclusao.pdf>. Acesso em: 28 out. 2020.

PRAÇA, E. T. P. de. **O. Uma reflexão acerca da inclusão de aluno autista no ensino regular.**: Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Matemática) Universidade Federal de Juiz de Fora. JUIZ DE FORA, 2011. 15 p. Dissertação (Pós-Graduação em Educação Matemática) - Universidade Federal de Juiz de Fora. Disponível em: [www.ufjf.br/mestradoedumat/files/2011/05/Dissertação-Elida.pdf](http://www.ufjf.br/mestradoedumat/files/2011/05/Dissertação-Elida.pdf) . Acesso em:19 out. 2020.

RAPIN, I.; TUCHMAN, R. **Onde estamos: Visão geral e definições: Autismo abordagem neurobiológica**. *In*: RAPIN, I.; TUCHMAN, R (Org.). São Paulo: Artmed, 2009, p. 20-22.

RODRIGUEZ, D. (Org.). **Inclusão e Educação: Doze olhares sobre a educação inclusiva**. São Paulo: Summus, 2006.

SANTOS, A. M. T. dos. **Autismo: desafio na alfabetização e no convívio escolar**. São Paulo, 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Distúrbios de Aprendizagem) - Centro de Referência em Distúrbios de Aprendizagem (crda), Disponível em: <http://www.crda.com.br/tccd/doc/22.pdf> Acesso em:18 out. 2020.